



**03ª Reunião Ordinária/2024**

**04 de julho de 2024**

**Formato Presencial**

**Auditório Maurício Berni, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos**

**Horário: 14h – 16h30min**

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Análise e aprovação da ata da reunião ordinária;

16 3. Relatos;

17 4. Apresentação Projeto destinação adequada RSU gerados nas enchentes;

18 5. Definição dos Investimentos prioritários, ESTRUTURAIIS e NÃO ESTRUTURAIIS a serem  
19 apresentados ao Governo Federal e Estadual na Bacia do Rio dos Sinos;

20 6. Manifestação do Comitesinos sobre Projeto Bacias Hidrográficas Integradas do Programa Plano Rio  
21 Grande;

22 7. Informes:

23 Solicitação de manifestação referente à solicitação de Outorga SIOUT;

24 Manifestação sobre a importância do SERH;

25 Manifestação sobre PL 97/2018;

26 Planície de inundações e Estudo de Áreas Úmidas;

27 Afastamento do Vice-presidente;

28 Comunicado de Prorrogação da Gestão 22/24;

29 8. Assuntos Gerais.

30

31 **ATA ORDINÁRIA Nº 03/24 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

32 Aos quatro dias do mês de julho do ano de 2024, a plenária do Comitesinos se reúne às quatorze horas,  
33 de forma presencial, no Auditório Maurício Berni, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos (Av.  
34 Unisinos, 950 – Cristo Rei, São Leopoldo – RS, 93022-750). **Abertura:** a presidente Viviane Feijó  
35 Machado dá as boas-vindas, agradece a participação dos presentes. Dando início e apresentação do

36 primeiro item da pauta: **2) Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 11/04/2024:** É  
37 colocado em apreciação aos membros, sendo aprovada por unanimidade. No próximo item **3) Relatos:**  
38 Viviane Feijó Machado, presidente do Comitesinos, lembra que muitas pessoas foram atingidas pelos  
39 eventos climáticos fora da curva nos últimos meses, e abre para que os membros possam fazer seus  
40 relatos.

41 Rafael Altenhofen (UPAN) expressou sua decepção com a baixa participação nas plenárias dos  
42 Comitês de Bacias Hidrográficas após eventos climáticos extremos, comparando com a alta presença  
43 em 2006 após a mortandade de peixes do Rio dos Sinos. Ele aponta que, mesmo sendo entes legais  
44 para a gestão de recursos hídricos, incluindo em casos de eventos extremos como secas e inundações,  
45 a sociedade não busca o comitê para soluções, indicando a necessidade de reorientação e reforço da  
46 gestão. Ele também critica projetos de lei e iniciativas que não passam pelo comitê ou pela Metroplan,  
47 sugerindo que decisões estão sendo tomadas de maneira inadequada e até ilegal. Rafael enfatiza que os  
48 comitês não podem deliberar sobre algo flagrantemente inconstitucional e destaca a importância de  
49 usar esses momentos para refletir e corrigir práticas erradas. Ele finaliza afirmando que os comitês  
50 precisam ser fortalecidos e que a sociedade deve participar ativamente na gestão dos recursos hídricos.

51 Linceo Piovesan (FACCAT) compartilhou sua experiência pessoal como um atingido que previu os  
52 desastres, ressaltando que trabalha com educação ambiental desde os anos 1980. Ele enfatizou a  
53 importância de ensinar as crianças sobre o ciclo da água e as leis da natureza, comparando a  
54 desobediência às leis da água com a desobediência de uma criança às ordens de sua mãe. Linceo falou  
55 também sobre o livro que escreveu com o intuito de transmitir a mensagem de forma eficaz. Ele  
56 argumenta que, embora conheçamos as leis da natureza há muito tempo, continuamos a desrespeitá-  
57 las, resultando em desastres naturais. Ele criticou práticas comuns como lavrar até a beira dos rios e  
58 construir em áreas planas próximas aos rios, que resultam em assoreamento e outros problemas. Por  
59 fim, destacou a necessidade de um planejamento holístico e a educação dos gestores para que respeitem  
60 as leis da natureza, prevenindo assim desastres futuros.

61 Anderson Etter (SEMAE) lembrou as inundações em anos anteriores, ressaltando a significativa  
62 participação pública na discussão da resolução sobre a Planície de Inundação. Ele destacou que, ao  
63 longo de 36 anos, o Comitê Sinos salvou vidas ao debater a ocupação das planícies, evitando mais  
64 mortes na região. Anderson elogiou os esforços do Ministério Público, mas criticou a lógica de  
65 ocupação sem planejamento, que ignora os impactos ambientais. Ele condenou a omissão e o silêncio  
66 de vários comitês em relação à flexibilização da legislação ambiental, motivada por interesses  
67 econômicos, e defendeu uma gestão regional integrada do sistema de proteção contra cheias, com  
68 participação das cidades, do Estado e da Federação, em vez de responsabilidade exclusiva dos  
69 municípios. Ressaltou que, para isso, é necessário manter as casas de bomba e os diques com uma  
70 operação estruturada. Anderson finalizou enfatizando a importância da preservação ambiental e a

71 necessidade de retomar a normalidade e tranquilidade para a população afetada pelas inundações  
72 recentes.

73 Ana Juliano (CHARRUA) afirmou que vem falando sobre a importância do plano diretor e a  
74 necessidade de sua obediência, especialmente no município de Sapucaia do Sul, há mais de 15 anos.  
75 Ela mencionou que desde 1963 o plano diretor da cidade define as áreas ao longo do Rio dos Sinos  
76 como planície de inundação e zona de proteção ambiental, onde a ocupação humana não deveria  
77 ocorrer. Ela criticou a política eleitoral que permite ocupações irregulares em troca de votos.  
78 Argumentou que a falta de respeito ao plano diretor leva a repetidas reuniões sem resultados concretos  
79 e enfatizou a necessidade de ações civis e populares para responsabilizar gestores públicos. Ela pediu  
80 o fim do populismo e do assistencialismo, defendendo que a lei deve ser igual para todos. Ana Juliano  
81 apontou que a moradia deve ser em locais apropriados e que o poder público deve ser responsabilizado  
82 pelas ocupações irregulares. Ela apelou para que o Ministério Público tome as devidas providências  
83 para regularizar essas situações, afirmando que a comunidade inteira sofre com essas políticas  
84 inadequadas e que é hora de dar um basta.

85 **4) Apresentação Projeto destinação adequada RSU gerados nas enchentes:** Walter Souza (SEMA)  
86 abordou a questão dos resíduos sólidos gerados durante desastres naturais. Ele destacou que a  
87 Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul - SEMA, em  
88 colaboração com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, desenvolveu normativas e  
89 ações para orientar o gerenciamento desses resíduos. A prioridade inicial foi retirar os materiais das  
90 áreas residenciais e direcioná-los para locais de armazenamento temporário. A diversidade dos resíduos  
91 varia conforme a região, com áreas inundadas permanentemente apresentando composição diferente  
92 dos materiais encontrados em vales afetados por enxurradas. Walter mencionou que o objetivo é  
93 valorizar esses materiais e não os confundir com resíduos sólidos domiciliares, com o serviço de  
94 limpeza urbana funcionando normalmente. Visitas técnicas foram realizadas para orientar os  
95 municípios, focando na segregação e destino adequado dos resíduos.

96 Mario Saffer (SERGS) detalhou a mobilização de parceiros privados e públicos para tratar os resíduos  
97 volumosos. Foram formados grupos de trabalho e parcerias com empresas como Renova e Gerdau para  
98 viabilizar a gestão dos resíduos. Testes foram realizados para minimizar a quantidade de cinza nos  
99 materiais destinados a fornos de cimento. A FEPAM lançou normativas para facilitar a destinação dos  
100 resíduos, mas ainda há desafios para agilizar os processos. Mario destacou a importância de segregar  
101 e transportar os resíduos com equipamentos adequados, buscando reduzir o impacto ambiental e evitar  
102 que áreas temporárias se tornem lixões permanentes. Diversos municípios foram selecionados como  
103 pilotos para implementar e testar essas iniciativas, com a Renova assumindo os custos iniciais. A  
104 Gerdau também está auxiliando na destinação de sucata e veículos, oferecendo suporte e infraestrutura

105 para os municípios. O foco é aprimorar a gestão dos resíduos, compartilhar experiências e expandir as  
106 soluções para outras regiões afetadas.

107 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) agradece e pergunta se há perguntas. Walter explica que,  
108 embora a Renova inicialmente oferecesse um piloto gratuito para cinco municípios, eles estão  
109 expandindo para mais municípios dentro de suas capacidades, com um valor competitivo em  
110 comparação com o aterro sanitário. Ele menciona a possibilidade de solicitar recursos federais para  
111 transporte e destinação.

112 Carlos Alberto Moraes (UNISINOS) fala sobre os erros na gestão da crise pós-enchente, criticando  
113 mistura de todos os resíduos, incluindo eletroeletrônicos, e destacando o sucesso no reparo desses itens  
114 em voluntariado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UNISINOS. Carlos afirma  
115 que há necessidade de criar procedimentos para crises futuras e expressa preocupação com a queima  
116 de resíduos devido às emissões tóxicas. Mario Saffer reconhece a preocupação, menciona uma portaria  
117 emergencial baseada em testes pilotos e limitações específicas, e reafirma o cuidado na implementação.

118 **5) Definição dos Investimentos prioritários, ESTRUTURAIS e NÃO ESTRUTURAIS a serem**  
119 **apresentados ao Governo Federal e Estadual na Bacia do Rio dos Sinos;** Viviane Feijó Machado  
120 apresentou o próximo item da pauta, referente à definição dos investimentos apontados pelo Comitê  
121 como prioritários. A partir de reuniões com a Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do  
122 Rio Grande do Sul, surgiu a necessidade de propor ações para minimizar os impactos das mudanças  
123 climáticas na bacia. O Grupo de Trabalho Plano de Bacia já havia identificado algumas ações  
124 específicas. O documento apresentado contém ações prioritárias a serem implementadas a curto prazo,  
125 como a criação de uma agência de bacia, revisão dos planos de bacia, desapropriação de áreas críticas,  
126 elaboração de um plano integrado de gestão de riscos e a atualização dos planos municipais de  
127 saneamento básico. Outras ações incluem a integração dos planos diretores dos municípios com o  
128 estudo da planície de inundação, e a revisão e monitoramento da ocupação de áreas inundáveis. Além  
129 das ações prioritárias, o documento lista outras ações importantes como o apoio às secretarias  
130 executivas dos comitês de bacia, análise do cadastro ambiental rural, definição de políticas de redução  
131 de perdas e promoção de ações de educação ambiental. Também são mencionadas necessidades ao  
132 Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH, como a exigência de que grandes obras e projetos  
133 sejam discutidos com os comitês de bacia e a ampliação do quadro técnico do Departamento de Gestão  
134 de Recursos Hídricos e Saneamento - DRHS.

135 Rafael Altenhofen fez sugestões sobre a terminologia para a criação da agência de bacia, destacando a  
136 experiência da Metroplan e a necessidade de priorizar instituições com *know-how* existente. Ele  
137 também sugeriu segmentar o planejamento de realocação de famílias afetadas por inundações e realizar  
138 estudos detalhados sobre desassoreamento e Áreas de Preservação Permanente urbanas.

139 Juliana Dal’Maso (CORSAN/AEGEA) levantou questões sobre a necessidade de revisar a legislação  
140 estadual para incluir a entidade delegatária e a questão das outorgas de lançamento pelo DRHS, que  
141 atualmente são concedidas pela FEPAM. Ela também mencionou dificuldades relacionadas ao  
142 desassoreamento devido à falta de tempo para realizar a topobatimetria em casos emergenciais e  
143 sugeriu que o documento clarifique a responsabilidade pelos relatórios. Juliana também abordou a  
144 integração dos planos municipais de saneamento com foco na drenagem urbana e a poluição difusa,  
145 sugerindo que se realizem estudos para melhorar o tratamento de águas pluviais. Ela criticou a proposta  
146 de estabelecer novas metas de redução de perdas, alegando que já existem metas previstas no marco  
147 de saneamento e contratos.

148 Viviane Feijó Machado esclareceu que a entidade delegatária está prevista na Política Nacional de  
149 Recursos Hídricos e que a outorga centralizada seria benéfica para o acompanhamento do sistema de  
150 recursos hídricos.

151 Anderson Etter (SEMAE) mencionou a necessidade de garantir que a gestão do sistema de proteção  
152 contra cheias não se torne engessada e sugeriu que uma agência de bacia possa assumir essa  
153 responsabilidade.

154 Sílvio Klein (COMUSA) destacou a necessidade de atualizar o documento sobre a mancha das cheias  
155 e avaliar as novas estruturas de contenção.

156 Eduardo Carvalho (SENGE) sugeriu visitar a lei de regionalização para melhorar a integração dos  
157 planos municipais.

158 Everson Gardel (ABES) propôs a inclusão de conceitos de eficiência energética e o uso de planos de  
159 adaptação climática.

160 **6. Manifestação do Comitês sobre Projeto Bacias Hidrográficas Integradas do Programa**  
161 **Plano Rio Grande;** Viviane Feijó Machado deu prosseguimento à pauta, levantando a questão do  
162 Plano Rio Grande, um projeto do Governo do Estado que está sendo desenvolvido sem a inclusão dos  
163 Comitês de Bacia Hidrográfica.

164 Samuel Campos (COMITESINOS) leu o documento Manifestação do Comitês sobre Projeto  
165 Bacias Hidrográficas Integradas do Programa Plano Rio Grande, o qual afirma que essa exclusão  
166 desrespeita os princípios da gestão democrática e participativa estabelecidos pelas Políticas Nacional  
167 e Estadual de Recursos Hídricos. O documento também mencionou a falta de recursos para os comitês  
168 e a ausência de uma agência de bacia, o que compromete a eficácia das ações de gestão. O documento  
169 também ressalta a importância da inclusão dos comitês para garantir que as políticas atendam às  
170 necessidades locais e pede que o Governo revise os planos para incluir os comitês em todas as etapas  
171 do projeto.

172 Viviane Feijó Machado também comentou sobre a parceria com o governo holandês, destacando que,  
173 embora não houvesse oposição à cooperação internacional, havia uma preocupação com a falta de  
174 reconhecimento dos especialistas locais.

175 Sílvio Klein (COMUSA) sugeriu que se incluísse no documento a participação de representantes de  
176 todos os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado no Conselho do Plano Rio Grande.

## 177 **7. Informes:**

178 O SIOUT solicitou a manifestação de ciência do Comitesinos em relação à solicitação de outorga  
179 referente aos processos SIOUT nº 2023/028.715 e 2023/028.717. Após apresentação à plenária, um  
180 ofício será encaminhado para esta manifestação.

181 A diretoria do Comitesinos elaborou um documento se manifestando sobre a importância do Sistema  
182 Estadual de Recursos Hídricos frente à atual situação que o Estado do Rio Grande do Sul vem  
183 enfrentando.

184 Também foi feita uma manifestação sobre o PL 97/2018, que visa modificar a lei 10.350/1994 e isentar  
185 determinados grupos de outorga e de cobrança. Entendendo que a outorga e a cobrança são ferramentas  
186 importantes do SERH e a isenção é contrária a lei, a diretoria elaborou um documento se manifestando  
187 a respeito.

188 O estudo referente à planície de inundação do Rio dos Sinos e o Estudo de Áreas Úmidas elaborado  
189 dentro do Projeto VerdeSinos pelo professor Uwe Schulz foram encaminhados para todas as prefeituras  
190 da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

191 O vice-presidente do Comitesinos, Daniel Pereira (UPAN), pediu desligamento do comitê, pois o  
192 retorno das reuniões em formato presencial impossibilitou sua participação.

193 A Gestão 22/24 foi prorrogada por mais seis meses devido a impossibilidade de realização de eleição  
194 em função da atual situação de calamidade que vive o Estado do Rio Grande do Sul. A diretoria já  
195 entrou com pedido de abertura do processo eleitoral.

196 Por fim, a presidente Viviane Feijó Machado faz uma atualização sobre a atual situação do Programa  
197 de Revitalização.

## 198 **8. Assuntos Gerais**

199 Sérgio Cardoso (Comitê Gravatahy) falou sobre o Conselho Estadual de Saneamento, mencionando  
200 que, apesar da presença de representantes de Comitês de Bacia, o conselho tem enfrentado falta de  
201 respeito e dificuldades na convocação de reuniões.

202 Everson Gardel (ABES) informou que o município de São Leopoldo recebeu reconhecimento  
203 internacional pelo Pacto de Prefeitos e Prefeitas pelo Clima e Energia, destacando o sucesso das ações

204 contra mudanças climáticas e o trabalho do Observatório de Mudanças Climáticas. Este  
205 reconhecimento é concedido a poucas cidades no Brasil e ressalta a importância das iniciativas locais.  
206 A presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. E, para constar, lavrei a presente ata  
207 que, depois de aprovada, será assinada pela presidente, pela secretária executiva e por mim.

208

209 São Leopoldo, 04 de julho de 2024.

210

211

212

Samuel Nascimento  
Apoio Administrativo

Kely Boscato Pereira  
Secretária Executiva

Viviane Machado Feijó  
Presidente